ATA N.º 01/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

----------Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da segunda secretária, senhora Maria Cristina de Oliveira Saavedra e restantes membros senhores Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Sérgio Manuel Brandão Azevedo, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues Fonseca, Jorge Fernando da Silva e Sousa, Óscar de Pinho Brandão, Rui Filipe Vilar Gomes, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida, José Maria de Oliveira Ribeiro, Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias de Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde.----------

----------Estiveram também presentes a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Margarida Brandão de Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves e António Carlos Duarte. ----------

----------Faltaram os senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Francisco José da Costa Ferreira, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Jonathan Gonzalez Y Ribeiro e os Presidentes da Junta de Freguesia de Santa Eulália e da União de Freguesias de Cabreiros e Albergaria da Serra.---------- ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e quarenta minutos. ----------

---------- Antes da ordem de trabalhos o senhor Presidente cumprimentou todos os presentes. ----------

----------Em seguida, foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

----------1 – Período de intervenção dos senhores munícipes----------

----------2 – Período de antes da ordem do dia ----------

----------2.1 – Atas – aprovação ----------

----------2.2 – Correspondência ----------

----------2.3 – Diversos ----------

----------3 – Período da ordem do dia ----------

----------3.1 – Informação da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e sobre a Situação Financeira do Município ----------

---------- 3.2 – Demonstração do desempenho orçamental – integração de saldo de execução orçamental – 1ª revisão ao orçamento e 1ª revisão às grandes opções do plano ----------

---------- 3.3 – Compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso – declaração ----------

---------- 3.4 – BUPI – Apresentação ----------

---------- 3.5 – Bairros Digitais – Apresentação ----------

---------- 3.6 – Plano Gerontológico – Apresentação ----------

---------- 3.7 – Comissão de proteção de crianças e jovens de Arouca – relatório de atividades 2024. ---------

---------- **1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------**

---------- No período de intervenção dos senhores munícipes, não houve intervenções. ----------

---------- **2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------**

---------- **2.1 – ATAS – APROVAÇÃO: ----------**

---------- Não havendo intervenções, foi posta à votação a ata n.º 6/2024, por braço no ar, e aprovada por maioria com 1 voto contra e 1 abstenção. O senhor **Luís Almeida** fez uma declaração de voto, justificando assim o seu voto contra, e referiu que foi retirada uma parte da sua intervenção onde referiu que o atual governo não dava o devido valor às estradas em Arouca e que criava impostos sobre os combustíveis que são proibidos pelo Tribunal Europeu. E ainda, noutra intervenção, foi retirada outra parte relativa ao PDM, onde o membro mencionou que se devia proteger as zonas verdes, para prevenção da nossa água, mas depois acabamos a comprar água ao Porto.----------

---------- O senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra e esclareceu que as atas não podem reproduzir ipsis verbis o que é dito na Assembleia Municipal. E referiu, também, que a ata, antes de ser aprovada em Assembleia Municipal é enviada para todos os membros para que os mesmos possam fazer sugestões. -- ----------

---------- **2.2 – CORRESPONDÊNCIA**: ----------

---------- Como a correspondência foi enviada para todos, via email, este ponto da ordem de trabalhos foi cumprido. ---- ----------

---------- **2.3 – DIVERSOS:----------**

---------- Foi dada a palavra ao senhor **Artur Miler**, que começou por cumprimentar todos. Referiu que a transparência na função pública é um pilar essencial para a confiança dos cidadãos, e é também uma exigência legal, assim como eticamente. Referiu que, de acordo com a plataforma DYNTRA, que analisa a transparência das entidades públicas, a CMA cumpre apenas 43 dos 139 indicadores avaliados, sendo que as áreas de informação sobre o património municipal e detalhes financeiros são algumas das áreas que carecem de transparência. Referiu também, que este valor demonstra que ainda há muito a fazer pela transparência. Assim,

questionou a senhora Presidente da Câmara se há garantia na transparência da gestão autárquica. Se os cidadãos têm acesso facilitado a informações sobre a atividade municipal. Se estão a ser cumpridos os princípios da boa governação e da prestação de contas. Referiu também que a transparência não se resume à publicação de documentos, mas sim à criação de mecanismos eficazes de divulgação e do envolvimento ativo dos cidadãos nas tomadas de decisão. Deu vários exemplos da carência de transparência retirados da plataforma. Assim, questionou também a senhora Presidente da Câmara sobre as medidas que têm sido adotadas para melhorar a transparência da CMA, se existe um plano de ação estruturado, que obstáculos têm sido encontrados na política de maior abertura e transparência para com os cidadãos, se o executivo está disponível para definir metas para a melhoria da transparência e dar conta destas. Deu ainda vários exemplos onde falha a transparência e informações. ----------

----------Em seguida a senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que o município tem procurado ser transparente, claro e objetivo, divulgando sempre o que faz na sua página. Referiu que desconhece a plataforma e, portanto, não pode fazer comentários aos indicadores. Garantiu que procura sempre melhorar para que os cidadãos conheçam o que o executivo faz e o modo como o faz. Referiu, que ainda na presente Assembleia vai clarificar o ponto de situação de vários projetos que foram solicitados. Garantiu que o município está sempre disponível para clarificar e evidenciar o trabalho da equipa, e que o faz em todas as Assembleias Municipais com os documentos enviados para os membros. ----------

----------O senhor **Artur Miler** voltou a pedir a palavra e esclareceu que o exemplo que deu do documento sobre a Estratégia Municipal de Saúde tem metas e objetivos explícitos, mas não existem dados sobre se essas mesmas metas e objetivos estão a ser cumpridos, e referiu que esses dados seriam importantes. Voltou a referir, ainda, que segundo o estudo da DYNTRA, o município de Arouca não consegue cumprir 31% dos indicadores de transparência. ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** clarificou e disse que dois dos documentos que o membro referiu podem não estar porque estão a ser elaborados. Referiu, também, que os dados que o membro pediu serão disponibilizados assim que existam. ----------

----------Interveio de seguida a senhora **Fátima Pinho**, que depois de cumprimentar todos os presentes, relembrou uma anterior sessão da Assembleia Municipal relativa à Estratégia Municipal de Juventude e a apresentação e explicação da senhora vereadora com o pelouro da Juventude no Conselho Municipal da Juventude. Referiu que se esperava muito mais desta EMJ, tendo em consideração que esteve três anos em elaboração. Referiu, também, que uma grande maioria das informações presentes no documento são trazidas pelos Censos, e que a restante informação se poderia simplificar em 10 páginas. Teceu várias críticas ao documento, porquanto nenhum conselheiro do CMJ foi consultado aquando da elaboração do documento e,

assim, considerou que o documento desconsidera a opinião de várias entidades, dando o exemplo das Associações Culturais e Recreativas, das Associações Juvenis, da CPCJ, dos Agrupamentos de Escolas, da Associação Empresarial, dos Partidos Políticos, das Juventudes Partidárias e dos Presidentes de Junta de Freguesia, que poderiam ajudar na sua elaboração. E referiu, assim, que o resultado desta não auscultação resultou na elaboração de um documento com base apenas nos Laboratórios de Cidadania. Considerou que a Estratégia Municipal de Juventude carece de uma visão integrada dos desafios da Juventude com a sociedade civil. Questionou o porquê das entidades arouquenses não terem sido contactadas para a sua contribuição nesta Estratégia. Referiu, também, que a EMJ é concretizada num plano de ação, sendo que este concretiza uma ideia redutora da juventude. Deu o exemplo de uma situação em que a vereadora com pelouro da Juventude referiu no CMJ que não podiam ser facultados os emails dos membros desse Conselho, tendo em consideração a Lei de Proteção de Dados, e questionou onde estava essa lei aquando da publicação na página do Facebook do Município de mais de duas centenas de fotografias de crianças. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara**, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que o município quis que o Plano fosse construído sem influência política, tendo o mesmo sido trabalhado e desenvolvido com vários especialistas, entidades e jovens, auscultando esses nos Laboratórios de Cidadania e inquéritos online. Referiu, também, que devia haver orgulho neste documento feito pelos jovens. Esclareceu, também, quanto ao último ponto da intervenção anterior, que foi dada à Entidade competente toda a documentação necessária para a apreciação. Lamentou que a comunicação social tenha divulgado notícias sem o contraditório da CMA. ----------

---------- De seguida, interveio o senhor **Pedro Bastos,** que depois de cumprimentar todos, relembrou a resposta dada pela senhora Presidente da Câmara ao membro Artur Miler, e referiu que o que consta no documento sobre os trabalhos do município vem de uma forma muito vaga. Quanto aos Bio-Resíduos, referiu que o documento trazido pelo município é escasso em informação, e questionou qual a percentagem dos resíduos que já se conseguiu retirar. Questionou também, tendo em consideração que a recolha é feita entre a Vila e o Chão de Ave, com auxílio de um camião, se a carga recolhida diariamente justifica o camião, e se não seria mais eficiente o uso de uma viatura mais pequena e elétrica, como vai ser feito em Alvarenga. Quanto aos compostores domésticos que foram distribuídos, questionou se foram entregues os 250 ou qual foi o número de solicitações. Quanto ao projeto piloto que vai ser desenvolvido em Alvarenga, questionou se o espaço de compostagem está identificado e se já está pronto para receber os bio-resíduos, e se a senhora Presidente da Câmara sabe quantificar quantos pontos irão beneficiar da recolha porta a porta e quantos terão apenas compostores domésticos. Referiu que o projeto prevê um investimento de 180 mil euros, e questionou qual o valor investido até ao momento e, tendo em conta o que já foi feito, se é possível perceber se o valor previsto

será suficiente. Relembrou a sua intervenção na anterior sessão quanto à vala aberta na estrada para o campo Afonso Pinto Magalhães e referiu que a situação ainda não está resolvida, ao contrário do que foi dito na anterior sessão pela senhora Presidente. ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu relativamente ao último ponto, que pode não ter entendido bem ao que se referia se foi dito que já estava resolvido, mas agradeceu a nota e garantiu que o vereador irá verificar a situação. Quanto aos bio-resíduos, referiu que nos últimos três meses foram recolhidas vinte toneladas. Referiu também que este é um serviço contratado, e garantiu que têm tentado que as empresas utilizem as viaturas o mais sustentáveis possível. Quanto ao projeto piloto, disse que estão a analisar o melhor local para os contentores de compostagem coletiva. Relativamente aos compostores domésticos, informou que houve 300 pedidos de pré reserva. Referiu, ainda, que há um longo caminho para percorrer, e que nos próximos relatórios irá tentar complementar com mais informações, consoante o projeto for evoluindo. ----------

----------Em seguida interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, que depois de cumprimentar todos, começou por referir que a senhora Presidente da Câmara não respondeu a nenhuma pergunta feita pelo membro Fátima Pinho. E, recordou, quanto ao assunto relativo à Estratégia Municipal de Juventude, que a senhora Presidente fez uma Assembleia Municipal Jovem com a sua vereadora e uma funcionária camarária e não convidou o senhor Presidente da Assembleia Municipal para estar presente. Recordou, no tema da transparência, a Assembleia passada, onde a senhora Presidente referiu que os prejuízos provocados pelo incêndio nos Passadiços do Paiva iam ser cobertos pelo seguro, o que não aconteceu, tendo sido um fundo público, ou seja, os contribuintes a pagar esses prejuízos. Assim, questionou a senhora Presidente se a mesma falou sem conhecimento de causa ou se terá querido enganar os cidadãos, o porquê de, havendo um seguro, se recorreu a dinheiro estatal. Referiu, também, que esta gestão errática revela falta de planeamento, transparência e de responsabilidade política, até porque os fundos públicos devem ser utilizados para investimentos que beneficiem os cidadãos e não para cobrir falhas de gestão do executivo. Por fim, questionou a senhora Presidente se o tal seguro foi ou não ativado.----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** referiu que a falta de transparência e de rigor é do membro. Recordou também a última Assembleia, e referiu que posteriormente a esta o Governo criou uma linha de apoio às vítimas dos incêndios, e o município conseguiu apoios não apenas para os Passadiços, mas para vários prejuízos que o mesmo sofreu. Assim, referiu que estão a ser analisadas as várias opções pelos serviços, porque o seguro não deverá pagar a totalidade e, assim, o restante será pago com as verbas deste fundo. -------

----------Voltou a pedir a palavra o senhor **José Maria Ribeiro**, e voltou a questionar se o seguro foi ou não acionado, e se sim, porque é que este não cobre aquilo que é preciso cobrir. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que o seguro tem uma franquia e o que está a ser feito são acertos de contas. ----------

---------- De seguida interveio o senhor **Luís Almeida**, começando por cumprimentar todos, e referiu que recebeu um email de um cidadão que questionou a distinção de tratamento dos funcionários do Agrupamento no que concerne aos serviços sociais. Relativamente ao PDM, questionou a senhora Presidente da Câmara qual o PDM em vigor ao dia da Assembleia, e o porquê da revisão do PDM ainda não ter sido publicada. Recordou a sua intervenção na última Assembleia, quanto ao concurso de um psicólogo, e voltou a requerer informação sobre o assunto. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu, relativamente à primeira questão, que o município não tem qualquer participação na matéria, isto porque é uma Associação, tem um Presidente e os seus Estatutos. Quanto ao PDM, referiu que está a aguardar publicação, isto porque é um processo demorado, mas garantiu que será brevemente. Quanto ao concurso do psicólogo, referiu que quem responde perante as matérias do concurso é o júri, porque é este que define as regras, as questões a colocar, e a avaliação feita, não havendo qualquer intervenção da Presidente ou de outro político. ----------

---------- Voltou a pedir a palavra o senhor **Luís Almeida**, e em relação à Associação dos serviços sociais, referiu que compreende que esta tem estatutos próprios, mas a autarquia faz transferências avultadas ao longo dos anos e, por isso, deve haver uma fiscalização. Referiu, ainda, que não entende o porquê de não se admitirem funcionários que são colegas de trabalho, mas que não têm os mesmos direitos. Quanto ao PDM, referiu que não conseguiu encontrar o PDM em vigor no site do município. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu dizendo que os serviços sociais do município de Arouca são uma Associação, não havendo intervenção por parte do município. Referiu, também, que não percebeu a questão das transferências. Quanto ao PDM, referiu que o que está em vigor é o que ainda está no site, até que o novo, que já foi aprovado e não pode ser alterado, seja publicado. ----------

---------- Pediu a palavra o senhor **Rui Vilar**, que depois de cumprimentar todos, relembrou a Assembleia anterior onde a senhora Presidente da Câmara referiu que o PDM pode sempre ser alterado, e que agora referiu que não pode, assim, questionou se é ou não possível qualquer alteração. Deu nota, quanto ao Conselho Municipal de Juventude, que o PSD nunca quis introduzir política partidária, e que o que acontece é a Câmara a colocar os interesses partidários à frente da juventude. Deu, assim, o exemplo dos membros escolhidos pelo CMJ que foram afastados pela Câmara através de um mecanismo legal. Referiu que a Câmara foi sujeita a dois processos de auditoria pelo Tribunal de Contas, um em 2022 e outro em 2023, tendo os relatórios apontado irregularidades graves no que concerne à contração pública, tendo esta prática continuado,

apesar dos alertas dados pelo Tribunal de Contas, assim, questionou a senhora Presidente da Câmara se a mesma vai começar a cumprir a lei e adotar procedimentos de contratação dentro da legalidade. ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu dizendo, relativamente ao PDM, que o mesmo está para publicação, não havendo nenhum processo de revisão aberto, que pode ser feito depois da sua publicação. Quanto ao CMJ, referiu que os membros foram indicados, mas que as opções podem ser sempre questionáveis. Quanto ao Tribunal de Contas, referiu que não é verdade o que o membro da Assembleia referiu, e garantiu que o Município tem respeitado as orientações do Tribunal de Contas. Referiu que foi recebida uma orientação para que o município deixasse de recorrer aos serviços jurídicos da forma como estava a ser feito, e garantiu que essa orientação foi imediatamente implementada. Deu nota de que a comunicação do Tribunal de Contas fazia referência a uma comunicação anterior que não foi recebida pelo município. ----------

----------Voltou a pedir a palavra o senhor **Rui Vilar**, e quanto ao Tribunal de Contas, esclareceu que uma recomendação é um pressuposto de um processo de auditoria. Quanto aos prémios do Município, referiu que estes já são demasiado comuns, e que muitas vezes não são ganhos, mas sim comprados, até porque, são necessários gastos com deslocações, inscrições e outras despesas astronómicas, dando o exemplo do World Travel Awards. Referiu, ainda, que os vereadores do PSD questionaram, em dezembro de 2024, sobre as despesas com estes prémios, mas não houve qualquer resposta dada, garantiu, por isso, que se a resposta não for dada que irão recorrer às entidades competentes, como a CADA, o Provedor da Justiça ou mesmo o Tribunal Administrativo e Fiscal. Quanto à publicidade paga pelo município, referiu que estará só a preparar a campanha autárquica para as próximas eleições. Referiu, também, uma notícia de uma nova "cidade" com casas para fixar jovens com preços mínimos de 250 mil euros, não sendo esta uma visão realista do jovem arouquense. Referiu, ainda, quanto ao tema da publicidade, que foi feito um pedido de esclarecimento à senhora Presidente sobre todos os gastos com a comunicação, publicidade e marketing desde janeiro de 2024 até à data da Assembleia. ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** referiu que devia ser um orgulho que os projetos de Arouca estejam a ser noticiados, até porque os órgãos de comunicação social local não publicitam as obras do município. Deu nota de que uma recomendação não é uma auditoria, não tendo esta existido. Referiu que o município tem prazos para dar resposta e que estes têm sido cumpridos, mas referiu que pode ter havido um lapso, mas garantiu que todas as perguntas dirigidas irão ser respondidas. Deu, também, nota das obras que estão em curso. ----------

----------Voltou a pedir a palavra o senhor **Rui Vilar**, e pediu à senhora Presidente para evitar os remoques pessoais que já é habitual. E referiu que é notória a campanha eleitoral já a acontecer em plena Assembleia Municipal. Por fim, referiu que o Pedro Nuno Santos, secretário geral do PS, afirmou que nas listas

autárquicas do PS não iam estar pessoas acusadas, o que no caso da senhora Presidente é ainda mais grave, porque já foi condenada em última instância, assim, questionou se a senhora Presidente se irá recandidatar. ----

---------- **3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **3.1 – INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:**----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, tendo esta evidenciado algumas das atividades do município que constam do mesmo, salientando a obra da Quinta do Reguengo, a requalificação dos Passadiços, a venda de 15 lotes da Área de Acolhimento Empresarial de Arouca, a campanha de apoio ao comércio local Compre em Arouca. Compre Local, a aprovação do PDM, o projeto PISA para as Escolas, o lançamento de 12 temas de literacia em Saúde e Bem-Estar, o lançamento do Bairro Comercial Digital, as atividades da época natalícia. ----------

---------- De seguida interveio a senhora **Fátima Pinho**, que voltou a renovar os cumprimentos, e referiu que o documento, como sempre, está bem construído, mas há coisas que precisam de ser consolidadas. Quanto à venda dos lotes da Zona Industrial, referiu que não há dados sobre o tipo de empresas instaladas, e questionou se são apenas relocalizações ou novas empresas, se existe ou não um impacto real na criação de emprego e quantos empregos foram criados. Questionou também quais as condições de financiamento e apoio às empresas locais, quais os incentivos aos pequenos negócios para além do projeto Compre Local. Quanto à aposta no Bairro Comercial Digital, questionou quais os indicadores garantidos de sucesso, se foi garantido que os comerciantes têm formação e condições para a utilização das novas tecnologias. Relativamente ao CI3, requereu os dados atuais relativos ao número de empresas alocadas e se há perspetiva de desenvolvimento, nomeadamente, a mudança de local. Quanto ao Anexo 5, página 56, questionou, quantos aos atendimentos, se se trata de pessoas com formação superior ou não, e assim, quais os fenómenos adjacentes ao baixo número de colocações face ao número de atendimentos, acompanhamentos e formação. Relativamente à Educação, referiu o Projeto PISA para as Escolas, e considerou que não há um plano robusto de ação para combater as fragilidades. Quanto ao Anexo 7, página 58, relembrou que já tem vindo a pedir o reporte ao período homologo do número de visitantes e voltou a solicitar esta inclusão no documento. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu e referiu, quanto aos lotes da Zona Industrial, que os lotes foram vendidos a empresas arouquenses, e que estão no momento no processo administrativo, só depois da construção dos edifícios haverá empregos. Quanto ao Bairro Comercial Digital, referiu que este iria ser apresentado na Assembleia. Relativamente ao CI3, referiu que estão cerca de 13 empresas instaladas, e esclareceu que o município se encontra a procurar fontes de investimento para o mesmo, tentando encontrar

uma solução para construir um novo edifício. Quanto ao Gabinete de Inserção Profissional, esclareceu que este faz a conciliação entre a oferta e a procura de emprego, e referiu que estes são apenas os registos dos que procuram o gabinete. Referiu, também, que poderão reportar mais dados se assim for requerido. Quanto ao Projeto PISA para as Escolas, referiu que foi feito um diagnóstico que está um pouco abaixo da média nacional, mas referiu que o índice socioeconómico não é um fator. Quanto ao bullying e aumento da indisciplina e individualismo, referiu que estas são matérias que têm de ser trabalhadas, assim como a sobrelotação dos espaços, havendo já planos de ação a ser desenvolvidos nos Agrupamentos. Quanto aos restantes dados do relatório, garantiu que iriam procurar melhorar. Realçou, por fim, que estes são relatórios muito trabalhosos para as equipas. -- ----------

----------Interveio seguidamente o senhor **Óscar Brandão**, que depois de cumprimentar todos, referiu que não pode ficar indiferente ao abaixo-assinado de Rossas, referiu que o município agiu mal e criticou a falta de planeamento e a ausência legal que garantisse a posse do terreno antes da intervenção pública. Sobre este tema, questionou a senhora Presidente sobre qual foi o fundamento legal para que fosse aberto o caminho em 2018, se havia interesse na abertura do acesso o porquê do mesmo ter deixado de existir, se a Câmara Municipal reconhece que este é um acesso importante para os habitantes do local. Lamentou que a Câmara não tenha explorado alternativas legais, como a expropriação do terreno para utilidade pública. ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** deu nota de que se trata de um caminho vicinal de que a Câmara não tem responsabilidade. Referiu que o município a pedido do proprietário, Junta de Freguesia e moradores, abriu o caminho, passado um ano, a proprietária decidiu fechar o caminho, esclareceu que o município procurou diligenciar que o caminho se mantivesse aberto, se assim não fosse, a proprietária teria de devolver ao município o valor pago. Esclareceu que as diligências foram inglórias. Referiu, também, que não está em causa o acesso às habitações, e terá de ser a Junta de Freguesia a despoletar o processo judicial. Por fim, referiu que o município estará aberto para colaborar. ----------

----------Voltou a pedir a palavra o senhor **Óscar Brandão**, para referir que o município se devia ter acautelado e não deveria ter aceite um compromisso de palavra que não foi cumprido. Referiu, também, que os munícipes mereciam uma solução razoável, até porque, naquele sítio, já existiu, anteriormente, um caminho pedonal. ------ ----------

----------De seguida interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, que relembrou Assembleias passadas, tendo referido a sua intervenção e a intervenção da senhora Presidente quanto à Loja do Cidadão, onde esta última referia que o projeto da Loja do Cidadão tinha caído, porque os conceitos mudaram e o governo também, e que havia uma verba ainda a ter de ser paga a quem realizou o projeto. Quanto a este assunto, referiu que a senhora Presidente faltou à verdade sobre o porquê do projeto não ser elegível e leu a recusa da AMA que

referiu duas condições, sendo essas: o município não ter enviado o layout e o município não ter feito prova da propriedade do imóvel com a certidão permanente. Assim, referiu que os arouquenses ainda têm de pagar uma fatura de quase 50.000€ pela incompetência do município e perderam um investimento de 859.320,00€. Por fim, referiu que, ao contrário do que a senhora Presidente tem dito, os recursos financeiros não são escassos, são apenas mal geridos, obrigando os Presidentes de Junta a mendigar recursos para necessidades básicas. --------
---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que é verdade que numa primeira fase faltou o parecer de uma das entidades, mas garantiu que a desistência foi pela mudança do conceito, e que o município não iria conseguir financiamento se mantivessem o projeto. Quanto ao valor a pagar é de cerca de 11.000€ e que este tem de ser pago porque se refere ao estudo prévio. Referiu, ainda, que a Câmara está a desenvolver um projeto de ampliação dos Paços do Concelho e que este contemplará um conceito mais simples de uma Loja do Cidadão.----------
---------- Seguidamente interveio o senhor **Pedro Bastos**, quanto à página 13, questionou se o investimento, sendo que se trata de uma Associação, será feito através do apoio para obras ao abrigo do Regulamento de Associativismo, e se não haverá outras associações no Concelho com necessidade de requalificação das suas sedes, até porque há pouco tempo a Associação da Casa do Povo já foi contemplada com ajudas municipais para o seu telhado. Relativamente à página 25, recordou a Assembleia anterior, referiu que é inaceitável que o PDM ainda não tenha sido publicado em Diário da República. Questionou, assim, se existe alguma justificação como um erro ou envio tardio para a demora. Quanto à página 42, referiu que no documento se afirma que as paragens na obra são devidas ao empreiteiro, e assim, questionou que medidas é que foram adotadas para garantir que a obra não ultrapassa o prazo de execução, relembrou, ainda, a indemnização que teve de ser dada ao anterior empreiteiro. Relativamente ao CI3, recordou a intervenção da senhora Presidente quanto às pessoas bem formadas e ao volume de negócios das empresas instaladas, e questionou quanto às várias dívidas alocadas ao Ci3. ----------
---------- A senhora **Presidente da Câmara** referiu, quanto à Casa do Povo, que o município está a colaborar com outras associações no projeto de execução. E referiu que não sabe se a Associação vai recorrer ao processo de incentivos. Deu nota, também, que esta Associação é muito importante e acolhe várias atividades. Relativamente, aos atrasos do PDM, garantiu que não existiu nenhum erro no envio dos documentos, sendo necessário aguardar. Quanto aos Viveiros da Granja, referiu que a obra está a decorrer, apesar dos percalços. ----------
---------- Tendo voltado a pedir a palavra o senhor **Pedro Bastos**, relativamente à Associação Casa do Povo, referiu que nunca foi posta em causa a idoneidade e a importância desta instituição, e que todas as atividades desenvolvidas são cobradas pela mesma. Quanto ao PDM, questionou em que data é que o mesmo

foi enviado. Quanto aos Viveiros da Granja, referiu que desde a Assembleia passada até ao dia da presente Assembleia, a obra não avançou. Relativamente ao Ci3, renovou as questões. ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** referiu que irá publicar fotografias quando vai às obras para se ver a sua evolução. ----------

----------Interveio o senhor **Rui Vilar**, que quanto à Loja do Cidadão, referiu que primeiramente o município a considerava importante e mais tarde retirou-lhe essa importância e referiu que já não existia financiamento, demonstrando bem a visão do município de Arouca, só fazendo obra quando há investimento europeu. Referiu as várias críticas da senhora Presidente da Câmara na Assembleia à comunicação social de Arouca. E referiu, também, uma notícia de um investimento de 17 milhões de euros, em 32 empreitadas no concelho de Arouca, dos quais 7 milhões para a nova unidade de saúde, já a Câmara anunciou um investimento de 18 milhões só para habitação, assim, questionou a senhora Presidente de qual é a verdadeira notícia. Referiu, ainda, que apesar de 8 anos de Câmara Municipal e 150 milhões de euros de orçamento, a obra feita é nula. ---------- ----------

----------Foi dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que referiu não ter mais nada a acrescentar.-- ----------

----------Em seguida interveio o senhor **Luís Almeida**, relativamente ao PDM, página 50, artigo 70.º, referindo que quando existe um terreno com uma capacidade construtiva até uma certa percentagem, o município pode propor mais capacidade construtiva em troca de um pagamento ou de uma atribuição em termos de terreno e blocos de construção, assim questionou como é que isto se aplica e quem vai fazer a gestão e aplicação do fundo de sustentabilidade. ----------

----------A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que este fundo será criado após a publicação do PDM. ---------- ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miler**, referindo que existem várias incongruências, falta de visão estratégica e omissões. Deixou duas saudações, a primeira ao Arouca Rafting Summit e a segunda ao galardão Autarquia Voluntária. Quanto a esta última, referiu que seria interessante alguns exemplos que estão a ser realizados pelo banco. Relativamente às obras públicas, referiu que há muito anúncio e pouca execução, dando dois exemplos de casos que levantam dúvidas: o Parque Infantil da Zona Histórica e o Centro Cívico de Cabreiros. Referiu, ainda, que existe uma despesa muito elevada e sem controlo de resultados, sendo que a análise do balancete de dezembro e janeiro levanta duvidas sobre a sustentabilidade financeira do município. Questionou, por fim, como pretende a Câmara reduzir o défice orçamental crescente e o porquê de não existir transparência na apresentação das despesas detalhadas. ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu e referiu que as várias obras que elencou são obras em curso e que tem um valor aproximado de 17 milhões de euros. Referiu que na próxima Assembleia será apresentado o Relatório do Orçamento e das GOP. ----------

---------- Por fim voltou a intervir o senhor **Pedro Bastos**, relembrando que das questões feitas, a senhora Presidente voltou a não responder sobre a data em que foi enviado o documento do PDM e as dívidas relativas ao Ci3. ------- ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu que no ponto 3.3 irão ser trazidas as dividas em atraso, e que outras informações quanto a estas têm de ser solicitadas. Quanto à data do PDM, referiu que a submissão do PDM foi feita a 12 de janeiro. ----------

---------- **3.2 – DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – INTEGRAÇÃO DE SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO:** ----- ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que prestou algumas considerações sobre este documento. ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão**, questionando o porquê da incorporação do saldo de gerência sem esperar pela aprovação dos documentos de prestação de contas que ocorre em abril e se isto será uma boa prática financeira. Questionou, ainda, se o orçamento para o ano anterior foi bem planeado, face os valores em causa. --- ----------

---------- A senhora **Presidente da Câmara** esclareceu e referiu que esta é uma boa prática financeira, sendo necessário incorporar o saldo que transita para poder dar corpo aos projetos identificados no orçamento.-

---------- Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado por maioria com 1 voto contra, 15 abstenções e 13 votos a favor. O senhor Luís Almeida fez declaração de voto, referindo que votou contra porque também já tinha votado contra o orçamento e o planeamento deste foi revisto logo na primeira oportunidade, e assim criticou a gestão do município. ----------

---------- **3.3 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO – DECLARAÇÃO: ----------**

---------- Sobre o assunto não houve intervenções. ----------

---------- **3.4 – BUPI – APRESENTAÇÃO**:----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que solicitou às técnicas da Câmara Municipal, responsáveis por este serviço, que fizessem a apresentação a qual foi feita pela senhora Graça Vidal. ----------

----------Interveio o senhor **Jorge Sousa**, referindo que já tentou, por várias vezes, fazer o registo em casa, mas que teve sempre vários problemas com a chave móvel digital. ----------

----------A técnica esclareceu que a plataforma tem tido atualizações, podendo haver constrangimentos, pediu que fossem reportados todos os problemas para poderem ser reparados. ----------

----------De seguida interveio o senhor **Óscar Brandão** dando uma palavra de apreço às técnicas e desejou que os arouquenses correspondam ao desafio colocado. E questionou se as propriedades do município já estão todas registadas.----------

----------A senhora Presidente esclareceu e referiu que as que estão identificadas estão registadas. ---------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** que começou por agradecer a apresentação, e referiu que identifica o facto de ser gratuito até ao final de 2025 como o ponto forte, mas referiu alguns pontos fracos tais como a falta de rigor das ferramentas de medição, a sobreposição de áreas, a falta de rede móvel que dificulta um levamento preciso, as dificuldades dos mais velhos ou de pessoas com menor acesso ao uso de tecnologia, imprecisão do registo de propriedades. Questionou sobre o técnico habilitado conciliador e qual é a ferramenta utilizada para aferir o acerto de propriedade. Questionou como é possível fazer o registo identificando qual a parcela do terreno apenas olhando para um monitor. ----------

----------A técnica esclareceu, quanto à última questão, que esta técnica ocorre apenas quando não existe vegetação de alto porte e existem estruturas ou algo que indique que a delimitação da propriedade é feita por ali. A nível de procedimento e conciliação administrativa, esclareceu que este pode variar, podendo uma das pessoas requerer o levantamento topográfico ou não havendo esta possibilidade, referiu que o município tem gps de alta precisão e técnicos certificados para o fazer. Quanto às aplicações de telemóvel, depende sempre do dispositivo, mas há a possibilidade de ajustar manualmente os pontos. ----------

----------3.5 – BAIRROS DIGITAIS – APRESENTAÇÃO:----------

----------De forma análoga este tema foi apresentado pela técnica responsável pelo serviço, gestora do projeto, a senhora Paula Rodrigues. ----------

----------O senhor Presidente da Mesa, assim como a senhora Presidente da Câmara agradeceram à técnica que apresentou este projeto. ----------

----------3.6 – PLANO GERONTOLÓGICO – APRESENTAÇÃO: ----------

----------Da mesma forma este plano foi apresentado pela técnica responsável pelo serviço, a senhora Vânia Gonçalves.----------

----------O senhor Presidente da Mesa, assim como a senhora Presidente da Câmara agradeceram à técnica que apresentou este projeto. ----------

---------- Interveio o senhor **Artur Miler** que parabenizou esta iniciativa, principalmente o facto de haver uma monotorização, e referiu que este relatório deveria ser divulgado. Referiu que seria importante saber o que vai ser discutido, neste caso a Monotorização do Plano Gerontológico e, referiu, também, que seria interessante que esta apresentação seja mais concentrada nos dados específicos: quais os eixos, os objetivos e o que está a ser feito. --- ----------

---------- A senhora Presidente agradeceu a apresentação e as observações feitas. Referiu que estava previsto que o documento fosse enviado, mas houve um lapso, e na próxima Assembleia poderá ser novamente abordado o tema. ----------

---------- **3.7 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE AROUCA – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024**: ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra à representante da CPCJ de Arouca, a senhora Marta Ferreira, tendo a mesma apresentado o relatório. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia e a senhora Presidente da Câmara agradeceram a apresentação e todo o trabalho que é desenvolvido pela comissão, e referiu também, a senhora Presidente, que o município tem correspondido com o que tem sido necessário. ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão**, que saudou a apresentação e a Comissão, felicitou o trabalho desenvolvido, e referiu que este relatório demonstra o forte compromisso com a CPCJ de Arouca. Referiu, também, que o trabalho desenvolvido reflete um esforço significativo para garantir o bem-estar dos jovens e das crianças. Fez votos de que o trabalho desenvolvido continue e que a Câmara Municipal continue a assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento deste trabalho. ----------

---------- Interveio, de seguida, o senhor **Luís Almeida**, agradecendo o trabalho desenvolvido, sendo que este é um trabalho muito difícil. Fez ainda um reparo, e referiu que percebe que os dados sejam recolhidos por freguesias, mas que não fossem apresentados e divididos como tal. ----------

---------- A técnica esclareceu e referiu que a apresentação por freguesias costuma ser solicitada pela Assembleia Municipal. ----------

---------- Por fim, interveio a senhora **Regina Fontes**, que depois de cumprimentar todos, agradeceu a apresentação e referiu que todos devem estar mais atentos aos problemas. ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA**:----------

---------- Posta à votação, por braço no ar, a Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18 horas e 30 minutos.----------

----------Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cristina Saavedra, que a redigi e a subscrevo. ----------